



## Divulgação de Resultados – 1T21

São Paulo, 13 de maio de 2021 – A TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A., uma das principais empresas brasileiras do setor de infraestrutura, com atuação nos segmentos de concessões rodoviárias, aeroportuária e de energia, anuncia os resultados do primeiro trimestre de 2021. Neste *release*, as informações financeiras estão consolidadas na participação da Triunfo em cada negócio, enquanto as informações operacionais refletem a totalidade dos mesmos. O resultado do período, em comparação aos valores contábeis, não muda em função da forma de consolidação. Os dados de receita líquida aqui divulgados excluem a receita de construção (receita líquida ajustada)<sup>1</sup>, exceto quando especificado. Os resultados são comparados ao mesmo período do ano anterior, exceto quando mencionado.

### Destaques

- **Segmento de rodovias: arrecadação de pedágio de R\$ 216,5 milhões.**
- **Segmento de energia: crescimento de 5,2% na receita líquida do trimestre, para R\$30,1 milhões;**
- **EBITDA ajustado de R\$91,9 milhões;**
- Prorrogação do Prazo de Concessão da **Concer**;
- Reequilíbrio na Tarifa de Pedágio da **Transbrasiliana** para R\$ 7,70;
- Encerramento do acordo com o fundo da Blackrock para a alienação de **Tijóá**
- Impactos **Covid-19**.

#### B3: TPIS3

Teleconferência para divulgação dos resultados em português com tradução simultânea em inglês:

**Sexta-feira, 14 de maio de 2021**  
**11h (Brasília) | 10h (ET)**

#### Telefones:

+55 11 3137 8098 (Brasil)  
+1 786 837 9597 (EUA)  
Código: Triunfo

#### Informações | 31/03/2021

Preço da ação: R\$ 2,60  
Total de ações: 176.000.000  
Ações em circulação: 75.756.600  
Free Float: 43,04%

#### Para mais informações - Departamento de RI

Roberto Carvalho  
Ricardo Medeiros

Telefone: +55 11 2169 3999  
ri.triunfo.com | ri@triunfo.com

<sup>1</sup>Dados ajustados calculados a partir da exclusão da receita de construção de ativos de concessão da receita líquida total.



## Mensagem da Administração

---

As restrições de funcionamento a diversos estabelecimentos considerados não essenciais, além das recomendações de isolamento social, iniciadas no final de março de 2020, permaneceram válidas ao longo do primeiro trimestre de 2021, afetando diretamente o volume de tráfego das rodovias e principalmente o tráfego de veículos leves, impactando negativamente na redução da receita de arrecadação de pedágio. Por outro lado, no segmento aeroportuário houve aumento da quantidade de cargas transportadas, demonstrando as características defensivas dos nossos segmentos de atuação. Entendemos que os feitos alcançados pela Companhia nos últimos meses, tal como o encerramento da recuperação judicial de Viracopos, o reequilíbrio econômico-financeiro da tarifa de pedágio da Transbrasiliana e a extensão do prazo de concessão da Concer contribuíram para o aumento de valor de mercado. Diante disso, apresentamos os principais destaques abaixo:

No segmento de Rodovias, em fevereiro de 2021, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, deferiu em parte, dois pedidos de antecipação da tutela recursal que asseguram a continuidade da vigência do contrato de concessão da Concer. Em março de 2021, o mesmo tribunal deu provimento, por unanimidade, ao Recurso de Apelação da Transbrasiliana, o que autorizou o início das obras de duplicação dos lotes 01 e 03 da Rodovia BR-153/SP e o reequilíbrio da tarifa de pedágio, que passou a ser cobrada no valor de R\$ 7,70 por eixo.

Em abril de 2020 a Concebra apresentou requerimento à ANTT para adesão ao processo de relicitação. No final de junho de 2020, a Corte Internacional de Arbitragem deliberou pela redução de 37,32% na tarifa de pedágio da Concebra, o que gerou um impacto negativo na receita líquida no trimestre. A Concebra requereu reconsideração desta decisão junto a Câmara Arbitral (CCI) ainda em julho de 2020. Em 11 de março de 2021, o Tribunal Arbitral decidiu pela manutenção da redução tarifária aplicada em junho de 2020 (37,32%) até que se conclua todo o processo arbitral (julgamento de mérito). Diante da decisão arbitral de 11 de março de 2021, em 25 de março de 2021, a Concebra impulsionou o pedido de adesão ao processo de relicitação, que prevê diversas etapas: qualificação do empreendimento, assinatura de termo aditivo, cálculo da indenização pelos ativos não depreciados, cálculo dos haveres e deveres e realização de uma nova licitação. Durante o cumprimento dessas etapas, a Concebra permanecerá operando a via e prestando serviço aos seus usuários.

No segmento de energia, em 2020, a Companhia havia realizado um novo contrato junto à uma afiliada do BlackRock Global Energy & Power Infrastructure Funds para a alienação de sua participação em Tijoá, que detém as operações da Usina Hidrelétrica de Três Irmãos. No entanto, em janeiro de 2021, o contrato foi encerrado por não ter atingido as condições de fechamento dentro do prazo determinado. O segmento de energia permanece apresentando resultados favoráveis e no 1T21 apresentou lucro líquido de R\$ 8,5 milhões e aumento da receita líquida de 5,2% em relação ao mesmo período do ano passado.

A Companhia continua com os esforços concentrados para renegociação com os credores financeiros a fim de manter as condições que haviam sido acordadas no âmbito da Recuperação Extrajudicial, que teve seus efeitos suspensos por decisão judicial em janeiro de 2020 e defendendo no Judiciário as conquistas obtidas na Concer e Transbrasiliana.

Por fim, gostaria de agradecer, mais uma vez, a todos os *stakeholders* pela confiança depositada.

**Carlo Alberto Bottarelli – CEO**



## Desempenho Pró-forma

As informações financeiras desta seção são apresentadas na proporção da participação da Triunfo em cada negócio, exceto quando informado. Vale ressaltar que o resultado líquido do período não muda em função da forma de consolidação.

<b>Principais Indicadores (em R\$ mil)</b>	<b>1T21</b>	<b>1T20</b>	<b>Δ</b>
<b>Receita Líquida Ajustada</b>	<b>229.707</b>	<b>245.451</b>	<b>-6,4%</b>
Concessões Rodoviárias	199.621	216.858	-7,9%
Energia	30.086	28.593	5,2%
<b>EBITDA Ajustado*</b>	<b>91.915</b>	<b>117.235</b>	<b>-21,6%</b>
Concessões Rodoviárias	84.567	110.205	-23,3%
Energia	13.148	11.779	11,6%
Holding e outros ajustes	(5.800)	(4.749)	22,1%
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(46.595)</b>	<b>(34.919)</b>	<b>33,4%</b>
Concessões Rodoviárias	(45.025)	(31.242)	44,1%
Energia	(15)	26	n/c
Holding e outros ajustes	(1.555)	(3.703)	-58,0%
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido</b>	<b>(49.023)</b>	<b>(14.943)</b>	<b>228,1%</b>
Concessões Rodoviárias	(47.063)	(13.425)	n/c
Energia	8.525	7.600	12,2%
Holding e outros ajustes	(10.485)	(9.118)	15,0%
<b>Margem EBITDA Ajustada*</b>	<b>40,0%</b>	<b>47,8%</b>	<b>-7,7pp</b>
Concessões Rodoviárias	42,4%	50,8%	-8,5pp
Energia	43,7%	41,2%	2,5pp

\*EBITDA ajustado exclui margem de construção, receitas(despesas) não recorrentes e provisão para manutenção, e é calculado com base na DRE consolidada pela participação da Triunfo em cada negócio (DRE Consolidação Proporcional).

## Resultado Consolidado – Visão Geral

A receita líquida ajustada apresentou queda de 6,4% no trimestre, impactada pela pandemia do coronavírus, que afetou o primeiro trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano passado e, principalmente, pela redução tarifária de 37,32% da Concebra, decorrente da decisão no âmbito do Tribunal Arbitral. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento da tarifa de pedágio da Transbrasiliana em 48,1% durante o 1T21.

No trimestre, o EBITDA ajustado caiu 21,6%, impactado pela queda da receita do segmento rodoviário e maiores despesas com manutenção da controlada Concer e maiores despesas com honorários advocatícios da controlada Transbrasiliana.

No resultado financeiro, houve piora de 33,4%, devido a uma maior provisão de juros em relação ao ano anterior resultado do maior endividamento da controlada Concebra.

A Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$49,0 milhões no trimestre, como resultado dos efeitos acima mencionados.



## Impacto COVID-19

---

Em 11/03/2020 foi declarada a pandemia da COVID-19 pela OMS. Em 20/03/2020 foi reconhecido Estado de Calamidade Pública pelo Congresso Nacional e medidas de contenção da doença no Brasil foram adotadas pelas autoridades estaduais e municipais com o objetivo de redução de circulação de pessoas e aglomerações, como a recomendação ao isolamento social e fechamento de estabelecimentos comerciais.

A Companhia implementou um plano de contingências visando proteger a saúde de seus colaboradores e seus familiares, prestadores de serviços, usuários e sociedade em geral, sendo as principais medidas:

- Afastamento dos profissionais dos grupos de risco;
- Isolamento domiciliar de profissionais com sintomas de gripe ou com suspeita de infecção;
- Intensificação das medidas de higienização e fornecimento de álcool gel nos escritórios, postos de atendimento e principalmente nas praças de pedágio;
- Divulgação de campanhas educativas e informativas, seguindo orientações das autoridades sanitárias;
- Adoção de regime de teletrabalho (“*home office*”) para todos os profissionais enquadrados;
- Adoção de turnos de trabalho e uso de máscaras de proteção para os profissionais não afastados ou não enquadrados no “*home office*”;
- Suspensão de viagens não essenciais;
- Suspensão de eventos e reuniões presenciais;
- Disponibilização de ferramentas e incentivo para realização de reuniões por meio de videoconferência.

Os contratos de concessão possuem garantia de reequilíbrio econômico-financeiro no caso de pandemia e, portanto, as perdas de receitas e consequentes alterações no fluxo de caixa durante o período da crise poderão ser compensadas pelas formas previstas em cada contrato por análise e definição em conjunto ao Poder Concedente, podendo ser aumento de tarifa, redução de investimentos, prorrogação do prazo de concessão, dentre outros. O direito do reequilíbrio foi corroborado pelo Parecer nº 261/2020 da AGU – Advocacia Geral da União. Para a Companhia os principais efeitos negativos que carecem reequilíbrio são o tráfego de veículos leves para as rodovias e o número de passageiros no segmento aeroportuário.

---



## Segmento Rodoviário

### DRE

(em R\$ mil)	1T21	1T20	Δ
<b>Receita Bruta</b>	<b>251.705</b>	<b>263.256</b>	<b>-4,4%</b>
Arrecadação de Pedágio	216.478	235.068	-7,9%
Outras Receitas	1.934	2.274	-15,0%
Construção de Ativos das Concessões de Rodovia	33.216	25.852	28,5%
Margem de Construção das Rodovias	77	62	24,2%
<b>Deduções da Receita Bruta</b>	<b>(18.868)</b>	<b>(20.546)</b>	<b>-8,2%</b>
<b>Receita Operacional Líquida (ROL)</b>	<b>232.837</b>	<b>242.710</b>	<b>-4,1%</b>
<b>Custo Operacional (sem D&amp;A)</b>	<b>(112.587)</b>	<b>(113.321)</b>	<b>-0,6%</b>
Operação e Manutenção	(55.343)	(47.198)	17,3%
Provisão para manutenção - IAS 37	8.637	(3.705)	n/c
Custo com Pessoal	(23.564)	(26.745)	-11,9%
Obrigações da Concessão	(9.101)	(9.821)	-7,3%
Custo de Construção de Ativos	(33.216)	(25.852)	28,5%
<b>Despesas Operacionais (sem D&amp;A)</b>	<b>(27.371)</b>	<b>(23.245)</b>	<b>17,8%</b>
Gerais e Administrativas	(29.554)	(23.154)	27,6%
Outras Despesas (Receitas) Operacionais	2.183	(91)	-2498,9%
<b>Depreciações e Amortizações (D&amp;A)</b>	<b>(110.724)</b>	<b>(84.567)</b>	<b>30,9%</b>
<b>EBIT</b>	<b>(17.845)</b>	<b>21.577</b>	<b>-182,7%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(45.025)</b>	<b>(31.242)</b>	<b>44,1%</b>
Receitas Financeiras	6.674	13.496	-50,5%
Despesas Financeiras	(51.699)	(44.738)	15,6%
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>15.807</b>	<b>(3.760)</b>	<b>n/c</b>
Impostos Correntes	(584)	(4.412)	-86,8%
Impostos Diferidos	16.391	652	n/c
<b>Lucro (prejuízo) Líquido do Exercício</b>	<b>(47.063)</b>	<b>(13.425)</b>	<b>250,6%</b>

### Receita Líquida e Desempenho Operacional

(em R\$ mil)	1T21	1T20	Δ
<b>Receita Bruta</b>	<b>251.705</b>	<b>263.256</b>	<b>-4,4%</b>
Arrecadação de Pedágio	216.478	235.068	-7,9%
Outras Receitas	1.934	2.274	-15,0%
Construção de Ativos das Concessões de Rodovia	33.216	25.852	28,5%
Margem de Construção das Rodovias	77	62	24,2%
<b>Deduções da Receita Bruta</b>	<b>(18.868)</b>	<b>(20.546)</b>	<b>-8,2%</b>
<b>Receita Operacional Líquida (ROL)</b>	<b>232.837</b>	<b>242.710</b>	<b>-4,1%</b>
Construção de Ativos das Concessões de Rodovia	33.216	25.852	28,5%
<b>Receita Operacional Líquida Ajustada</b>	<b>199.621</b>	<b>216.858</b>	<b>-7,9%</b>

Nota: Receita Operacional Líquida Ajustada desconsidera a Margem de Construção das Rodovias.

A receita líquida ajustada de rodovias totalizou R\$199,6 milhões no 1T21, sendo 7,9% inferior ao registrado no mesmo período do ano anterior, resultado da queda significativa na arrecadação de pedágio a partir do terceiro trimestre de 2020, em virtude de decisão proferida no Procedimento Arbitral nº 24595/PFF da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI), que autorizou a ANTT a aplicar redução de 37,32% da tarifa do pedágio a partir de 28 de junho de 2020 para a controlada Concebra. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de arrecadação de pedágio na Econorte e na



Transbrasiliana, em comparação ao mesmo período do ano anterior, em decorrência dos reajustes tarifários aplicados recentemente nestas controladas.

Com relação aos impactos da Covid-19, o primeiro trimestre de 2021 acompanhou o movimento de retomada gradual do volume de tráfego percebido a partir do terceiro trimestre de 2020 nos veículos pesados, apesar de ainda apresentar queda no tráfego de veículos leves. Vale destacar que a significativa redução tarifária da Concebra foi o que impulsionou o tráfego da rodovia, compensando parcialmente a queda na receita.

Vale mencionar que a queda do tráfego de veículos leves foi relevante para todas as controladas do segmento rodoviária e o maior impacto negativo foi para a controlada Econorte que apresentou redução de 12,6% no 1T21 em relação ao 1T20. Considerando todas as controladas do segmento rodoviário a redução do tráfego de veículos leves foi de 6,8% no 1T21 em relação ao mesmo período do ano passado.

<b>Desempenho Operacional (em milhares de veículos pagantes)</b>	<b>1T21</b>	<b>1T20</b>	<b>Δ</b>
Concer	5.538	5.551	-0,2%
Triunfo Econorte	3.030	3.116	-2,8%
Triunfo Transbrasiliana	5.732	5.653	1,4%
Triunfo Concebra	21.582	20.203	6,8%
<b>Tráfego Total - Pagantes</b>	<b>35.882</b>	<b>34.523</b>	<b>3,9%</b>
<b>Tarifa Média Efetiva (R\$)</b>	<b>6,03</b>	<b>6,79</b>	<b>-11,2%</b>

### Custos e Despesas Operacionais

<b>Custos Operacionais (em R\$ mil)</b>	<b>1T21</b>	<b>1T20</b>	<b>Δ</b>
<b>Custo Operacional (sem D&amp;A)</b>	<b>(112.587)</b>	<b>(113.321)</b>	<b>-0,6%</b>
Operação e Manutenção	(55.343)	(47.198)	17,3%
Provisão para manutenção - IAS 37	8.637	(3.705)	n/c
Custo com Pessoal	(23.564)	(26.745)	-11,9%
Obrigações da Concessão	(9.101)	(9.821)	-7,3%
Custo de Construção de Ativos	(33.216)	(25.852)	28,5%
<b>Receitas (Despesas) Operacionais (em R\$ mil)</b>	<b>1T21</b>	<b>1T20</b>	<b>Δ</b>
<b>Receitas (Despesas) Operacionais (sem D&amp;A)</b>	<b>(27.371)</b>	<b>(23.245)</b>	<b>17,8%</b>
Gerais e Administrativas	(29.554)	(23.154)	27,6%
Outras (Despesas) Receitas Operacionais	2.183	(91)	-2498,9%
<b>Custos e Receitas (Despesas) Operacionais Ajustados (em R\$ mil)</b>	<b>1T21</b>	<b>1T20</b>	<b>Δ</b>
<b>Custos e Receitas (Despesas) Operacionais Ajustados</b>	<b>(115.379)</b>	<b>(107.009)</b>	<b>7,8%</b>
Custos e Despesas Operacionais	(139.958)	(136.566)	2,5%
Provisão para manutenção - IAS 37	(8.637)	3.705	n/c
Custo de Construção de Ativos	33.216	25.852	28,5%
<b>Custos e Receitas (Despesas) Operacionais Ajustados - efeitos recorrentes</b>	<b>(115.054)</b>	<b>(106.653)</b>	<b>7,9%</b>
Outras receitas (despesas) não recorrentes	325	356	-8,7%

Os custos e despesas operacionais ajustados (excluindo custos de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização) somaram R\$115,4 milhões no 1T21, 7,8% superior ao mesmo período do ano anterior. Desconsiderando os efeitos não recorrentes, o aumento de 7,9% observado no 1T21 é resultado da maior despesa de



pavimentação da Concer e maiores despesas gerais e administrativas devido às maiores despesas com honorários advocatícios da controlada Transbrasiliana e da controlada Concer.

### EBIT e EBITDA Ajustado

(em R\$ mil)	1T21	1T20	Δ
<b>EBIT Ajustado</b>	<b>(26.157)</b>	<b>25.638</b>	<b>-202,0%</b>
EBIT	(17.845)	21.577	-182,7%
Despesas (receitas) não recorrentes	325	356	-8,7%
Provisão para manutenção - IAS 37	(8.637)	3.705	n/c
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>84.567</b>	<b>110.205</b>	<b>-23,3%</b>
Depreciações e Amortizações (D&A)	(110.724)	(84.567)	30,9%
<b>EBITDA Ajustado (s/ margem de construção)</b>	<b>84.490</b>	<b>110.143</b>	<b>-23,3%</b>
Margem de Construção das Rodovias	(77)	(62)	24,2%

Como resultado, o EBITDA ajustado, que exclui efeitos não recorrentes e que não impactaram a geração de caixa no período, totalizou R\$84,6 milhões no trimestre, queda de 23,3%.

### Resultado Financeiro e Lucro (Prejuízo) Líquido

(em R\$ mil)	1T21	1T20	Δ
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(45.025)</b>	<b>(31.242)</b>	<b>44,1%</b>
Receitas Financeiras	6.674	13.496	-50,5%
Despesas Financeiras	(51.699)	(44.738)	15,6%
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>15.807</b>	<b>(3.760)</b>	<b>n/c</b>
Impostos Correntes	(584)	(4.412)	-86,8%
Impostos Diferidos	16.391	652	n/c
<b>Lucro (prejuízo) Líquido do Período</b>	<b>(47.063)</b>	<b>(13.425)</b>	<b>250,6%</b>

O resultado financeiro do segmento representou uma despesa 44,1% superior no trimestre, devido a uma maior provisão de juros em relação ao ano anterior resultado do maior endividamento da controlada Concebra.

Como resultado, o Lucro Líquido no 1T21 apresentou piora de 250,6% em relação ao mesmo período de 2020 devido uma maior despesa com amortização no período devido ao início de amortização do saldo do 12º termo aditivo da controlada Concer. Esse efeito, foi parcialmente compensado pela constituição de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias.



## Segmento de Energia

<b>DRE (em R\$ mil)</b>	<b>1T21</b>	<b>1T20</b>	<b>Δ</b>
<b>Receita Bruta</b>	<b>33.154</b>	<b>31.534</b>	<b>5,1%</b>
Deduções da Receita Bruta	(3.068)	(2.941)	4,3%
<b>Receita Operacional Líquida (ROL)</b>	<b>30.086</b>	<b>28.593</b>	<b>5,2%</b>
<b>Custos Operacionais (sem D&amp;A)</b>	<b>(16.263)</b>	<b>(15.927)</b>	<b>2,1%</b>
Operação e Manutenção	(1.849)	(2.337)	-20,9%
Custo com Pessoal	(1.304)	(1.342)	-2,8%
Obrigações da Concessão	(13.110)	(12.248)	7,0%
<b>Despesas Operacionais (sem D&amp;A)</b>	<b>(675)</b>	<b>(887)</b>	<b>-23,9%</b>
Gerais e Administrativas	(675)	(887)	-23,9%
<b>Depreciações e Amortizações (D&amp;A)</b>	<b>(225)</b>	<b>(152)</b>	<b>48,0%</b>
<b>EBIT</b>	<b>12.923</b>	<b>11.627</b>	<b>11,1%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(15)</b>	<b>26</b>	<b>n/c</b>
Receitas Financeiras	33	83	-60,2%
Despesas Financeiras	(48)	(57)	-15,8%
<b>Imposto de Renda</b>	<b>(4.383)</b>	<b>(4.053)</b>	<b>8,1%</b>
Impostos Correntes	(4.383)	(4.079)	7,5%
Impostos Diferidos	-	26	-100,0%
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido</b>	<b>8.525</b>	<b>7.600</b>	<b>12,2%</b>
<b>EBIT e EBITDA Ajustado</b>	<b>1T21</b>	<b>1T20</b>	<b>Δ</b>
<b>EBIT Ajustado</b>	<b>12.923</b>	<b>11.627</b>	<b>11,1%</b>
EBIT	12.923	11.627	11,1%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>13.148</b>	<b>11.779</b>	<b>11,6%</b>
Depreciações e Amortizações (D&A)	(225)	(152)	48,0%

No 1T20 a receita operacional líquida foi de R\$30,2 milhões, 5,2% maior do que a observada no mesmo período de 2020, devido ao aumento tarifário da RAG em 6,8% ocorrido em julho de 2020.

Os custos e despesas operacionais (excluindo depreciação e amortização) apresentaram crescimento de 2,1% no 1T21, passando para R\$ 16,3 milhões, devido ao repasse da TUST e da CFURH aos Estados, Municípios e União.

Dessa forma, o lucro líquido do segmento de energia totalizou, R\$8,5 milhões no 1T21, representando um aumento de 12,2% em relação ao mesmo período do ano passado.



## Controladora e Outros

(em R\$ mil)	1T21	1T20	Δ
<b>Despesas</b>	<b>(8.930)</b>	<b>(6.755)</b>	<b>32,2%</b>
Gerais e Administrativas	(5.788)	(3.970)	45,8%
Operação e Manutenção de Rodovias	0	0	n/c
Outras Despesas (receitas) Operacionais	(2.533)	(801)	n/c
Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	n/c
Custo com Pessoal	(1.456)	(1.340)	8,7%
Depreciação e Amortização	(609)	(644)	-5,4%
<b>EBIT</b>	<b>(8.930)</b>	<b>(5.415)</b>	<b>64,9%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(1.555)</b>	<b>(3.703)</b>	<b>-58,0%</b>
Receitas Financeiras	575	1.581	-63,6%
Despesas Financeiras	(2.130)	(5.284)	-59,7%
<b>Imposto de Renda</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>n/c</b>
Impostos Correntes	0	0	n/c
Impostos Diferidos	0	0	n/c
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido</b>	<b>(10.485)</b>	<b>(9.118)</b>	<b>15,0%</b>
<b>EBIT Ajustado</b>	<b>(6.409)</b>	<b>(5.393)</b>	<b>18,8%</b>
Despesas (receitas) não recorrentes	2.521	22	11359,1%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>(5.800)</b>	<b>(4.749)</b>	<b>22,1%</b>
Depreciações e Amortizações (D&A)	(609)	(644)	-5,4%

O desempenho da Controladora e Outros no trimestre foi determinado, principalmente, pelo aumento de despesas gerais e administrativas e queda de 58,0% no resultado financeiro em relação ao 1T20, resultado das maiores despesas com consultoria e menor despesa financeira devido ao menor endividamento da Controladora em decorrência dos descontos de parte das dívidas que haviam sido contempladas no Leilão Reverso em dezembro de 2020, e foram reafirmados por meio de acordos celebrados diretamente com os credores.

O prejuízo líquido totalizou R\$ 10,5 milhões no trimestre.

## Segmento Aeroportuário

Apesar do segmento aeroportuário não ser consolidado no resultado da Companhia, os principais indicadores operacionais são destacados neste *release*.

O volume total de cargas apresentou aumento de 59,8% no trimestre, devido a maior quantidade de insumos farmacêuticos e hospitalares para o combate da pandemia do coronavírus.

A quantidade de passageiros alcançou 2,2 milhões no trimestre, com redução de 7,3% devido a redução da oferta de voos em decorrência da pandemia.

A Companhia destaca que as características da excelência operacional no aeroporto estão sendo mantidas mesmo com as restrições de tráfego impostas pela COVID-19.



<b>Desempenho Operacional</b>	<b>1T21</b>	<b>1T20</b>	<b>Δ</b>
<b>Total Cargas (ton)</b>	<b>79.501</b>	<b>49.760</b>	<b>59,8%</b>
Importação	35.143	25.295	38,9%
Exportação	21.364	14.277	49,6%
Outros	22.994	10.188	125,7%
<b>Total de Passageiros (mil)</b>	<b>2.205</b>	<b>2.378</b>	<b>-7,3%</b>
Doméstico	534	907	-41,2%
Internacional	18	239	-92,5%
Conexão	1.653	1.232	34,2%
<b>Total Aeronaves</b>	<b>24.240</b>	<b>25.383</b>	<b>-4,5%</b>

## Endividamento

### ENDIVIDAMENTO POR SEGMENTO (em R\$ mil)

	<b>1T21</b>	<b>4T20</b>	<b>Δ</b>
Triunfo (holding) e outros	107.067	105.283	1,7%
Rodovias	1.654.366	1.655.484	-0,1%
<b>Dívida Bruta</b>	<b>1.761.433</b>	<b>1.760.767</b>	<b>0,0%</b>
Disponibilidades	100.304	131.173	-23,5%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>1.661.129</b>	<b>1.629.594</b>	<b>1,9%</b>
<b>Dívida Líquida Pro Forma*</b>	<b>1.617.914</b>	<b>1.586.672</b>	<b>2,0%</b>

### DÍVIDA BRUTA (ENDIVIDAMENTO FINANCEIRO) - (R\$ mil)

	<b>TIPO DE FINANCIAMENTO</b>	<b>INDEXADOR</b>	<b>VENCIMENTO</b>	<b>1T21</b>	<b>4T20</b>	<b>Δ</b>
Triunfo (holding)	FINEP	8% a.a.	julho/2025	639	627	1,9%
	Fiança Bancária - CCB	CDI + 8,0% a.a.	julho/2025	3.311	3.247	2,0%
	Fiança Bancária - Santander	CDI + 1,0% a.a.	julho/2025	9.448	9.379	0,7%
	CCB - Trophy FIP Multiestratégia	140% do CDI	julho/2025	28.231	28.040	0,7%
	CCB - China Construction Bank (BIC Banco)	CDI + 7,4% a.a.	julho/2025	45.640	44.473	2,6%
	CCB - Banco BTG Pactual	CDI + 3,0% a.a.	junho/2019	19.798	19.517	1,4%
	Financiamento de Imobilizado - FINEP	TJLP + 0,5% a.a.	fevereiro/2021	-	879	-100,0%
Concer	CCB - Banco PAN	CDI + 0,5% a.a.	fevereiro/2021	6.412	6.370	0,7%
	CCB - Banco Fibra	CDI + 0,5% a.a.	fevereiro/2021	5.536	5.503	0,6%
	CCB - Banco ABC	CDI + 0,5% a.a.	fevereiro/2021	30.692	30.562	0,4%
	CCB - Avalista	CDI + 0,5% a.a.	fevereiro/2021	5.755	5.718	0,6%
	1ª Emissão de Debêntures	CDI + 3,9% a.a.	fevereiro/2021	-	7.306	-100,0%
	Nota Promissória	CDI + 2,0% a.a.	fevereiro/2021	-	9.349	-100,0%
	BNDES - Empréstimo Ponte	TJLP + 0,5% a.a.	fevereiro/2021	166.005	163.089	1,8%
Triunfo Concebra	BNDES - Empréstimo Ponte	TLP + 2% a.a.	dezembro/2018	1.158.242	1.142.153	1,4%
	Debênture - BRVias Holding	IGPM + 12,0% a.a.	dezembro/2021	149.797	144.327	3,8%
Triunfo Transbrasiliana	BNDES - Finem	TJLP + 2,9% a.a.	janeiro/2028	115.727	123.296	-6,1%
	CCB - Banco ABC	CDI + 3% a.a.	abril/2022	8.600	9.200	-6,5%
	CCB - BTG Pactual	CDI + 3% a.a.	dezembro/2021	5.936	5.937	0,0%
	CCB - Banco VW	24,78% a.a.	fevereiro/2022	1.664	1.797	-7,4%
<b>Dívida Bruta Total</b>				<b>1.761.433</b>	<b>1.760.767</b>	<b>0,0%</b>
Total Leilão Reverso				43.215	42.922	0,7%
<b>Dívida Bruta Total Pro Forma</b>				<b>1.718.218</b>	<b>1.717.845</b>	<b>0,0%</b>

\*Desconsidera parte das dívidas que foram contempladas no Leilão Reverso realizado pela Companhia (sinalizadas no quadro acima), uma vez que a Companhia busca restabelecer os efeitos da Recuperação Extrajudicial, de forma a obter a homologação em instâncias superiores.



## Investimentos

### INVESTIMENTOS

(em R\$ mil)	1T21	%
Concer	982	2,5%
Triunfo Econorte	24.662	63,2%
Triunfo Concebra	5.918	15,2%
Triunfo Transbrasiliana	4.903	12,6%
Controladora e outros investimentos	2.571	6,6%
<b>Total</b>	<b>39.036</b>	<b>100,0%</b>

### SALDOS DOS INVESTIMENTOS NO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	3M21	%
Concer	413.032	15,9%
Triunfo Econorte	73.279	2,8%
Triunfo Concebra	1.377.881	53,2%
Triunfo Transbrasiliana	510.732	19,7%
Porto	141.668	5,5%
Tijóá+ CSE	32.235	1,2%
Controladora e outros investimentos	42.198	1,6%
<b>Total</b>	<b>2.591.025</b>	<b>100,0%</b>

## Anexos

### ATIVO - BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDAÇÃO PROPORCIONAL (R\$ mil)

	1T21	%	4T20	%	Δ%
<b>Ativo Circulante (AC)</b>	<b>217.341</b>	<b>6,7%</b>	<b>213.489</b>	<b>6,5%</b>	<b>1,8%</b>
• Disponibilidades	84.409	2,6%	61.375	1,9%	37,5%
• Caixa Restrito	2.157	0,1%	5.659	0,2%	-61,9%
• Aplicações Financeiras Vinculadas	13.738	0,4%	13.681	0,4%	0,4%
• Contas a Receber	61.465	1,9%	63.726	1,9%	-3,5%
• Indenizações a receber - aditivos	20.164	0,6%	20.164	0,6%	0,0%
• Adiantamento a Fornecedores	4.895	0,2%	5.706	0,2%	-14,2%
• Impostos a Recuperar	11.990	0,4%	9.083	0,3%	32,0%
• Contas a Receber - Partes Relacionadas	0	0,0%	1.703	0,1%	-100,0%
• Despesas de Exercícios Seguintes	8.689	0,3%	2.761	0,1%	n/c
• Dividendos JRCP a receber	0	0,0%	1	0,0%	-100,0%
• Outros Créditos	9.834	0,3%	29.630	0,9%	-66,8%
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>3.003.557</b>	<b>93,3%</b>	<b>3.068.117</b>	<b>93,5%</b>	<b>-2,1%</b>
• Realizável a Longo Prazo (RLP)	412.532	12,8%	402.587	12,3%	2,5%
• Investimentos	-	n/c	-	n/c	n/c
• Imobilizado	196.671	6,1%	196.042	6,0%	0,3%
• Intangível	2.394.354	74,3%	2.469.488	75,3%	-3,0%
<b>Ativo Total (AT)</b>	<b>3.220.898</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.281.606</b>	<b>100,0%</b>	<b>-1,8%</b>



**PASSIVO - BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDAÇÃO PROPORCIONAL (R\$ mil)**

	<b>1T21</b>	<b>%</b>	<b>4T20</b>	<b>%</b>	<b>Δ%</b>
<b>Passivo Circulante (PC)</b>	<b>807.479</b>	<b>25,1%</b>	<b>814.287</b>	<b>24,8%</b>	<b>-0,8%</b>
• Fornecedores	44.728	1,4%	44.758	1,4%	-0,1%
• Empréstimos e Financiamentos	406.929	12,6%	407.799	12,4%	-0,2%
• Notas Promissórias	0	0,0%	9.349	0,3%	-100,0%
• Debêntures	149.797	4,7%	151.633	4,6%	-1,2%
• Provisão para manutenção	38.870	1,2%	46.711	1,4%	-16,8%
• Obrigações da Concessão	8.543	0,3%	19.426	0,6%	-56,0%
• Salários, Provisões e Contribuições Sociais	35.980	1,1%	34.757	1,1%	3,5%
• Impostos, Taxas e Contribuições	48.170	1,5%	46.866	1,4%	2,8%
• Adiantamento de Clientes	1	0,0%	0	0,0%	n/c
• Dividendos e JCP a pagar	8.696	0,3%	1.545	0,0%	n/c
• Contas a Pagar – Partes Relacionadas	19.062	0,6%	22.822	0,7%	-16,5%
• Passivos de Contratos	5.092	0,2%	7.287	0,2%	-30,1%
• Outras Obrigações	41.611	1,3%	21.334	0,7%	95,0%
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>1.564.713</b>	<b>48,6%</b>	<b>1.562.439</b>	<b>47,6%</b>	<b>0,1%</b>
• Fornecedores	586	0,0%	427	0,0%	37,2%
• Empréstimos e Financiamentos	1.204.707	37,4%	1.191.988	36,3%	1,1%
• Provisão para manutenção	5.787	0,2%	6.326	0,2%	-8,5%
• Impostos, Taxas e Contribuições	26.487	0,8%	29.883	0,9%	-11,4%
• Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	182.287	5,7%	189.492	5,8%	-3,8%
• Receitas Diferidas, Líquidas	0	0,0%	-	n/c	n/c
• Provisões para contingência	85.837	2,7%	87.866	2,7%	-2,3%
• Provisão sobre Patrimônio Líquido Negativo de Controladas	46	0,0%	46	0,0%	0,0%
• Passivos de Contratos	424	0,0%	585	0,0%	-27,5%
• Outras Obrigações	58.552	1,8%	55.826	1,7%	4,9%
<b>Patrimônio Líquido (PL)</b>	<b>848.706</b>	<b>26,3%</b>	<b>904.880</b>	<b>27,6%</b>	<b>-6,2%</b>
• Capital Social	842.979	26,2%	842.979	25,7%	0,0%
• Reservas de Capital	29.553	0,9%	29.553	0,9%	0,0%
• Reserva de reavaliação, líquida	0	0,0%	2.946	0,1%	-100,0%
• Reserva Legal	796	0,0%	0	0,0%	n/c
• Reserva de Lucros	21.453	0,7%	0	0,0%	n/c
• Prejuízos acumulados	(46.075)	-1,4%	29.402	0,9%	n/c
<b>Passivo Total (PT)</b>	<b>3.220.898</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.281.606</b>	<b>100,0%</b>	<b>-1,8%</b>



**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
CONSOLIDAÇÃO PROPORCIONAL**

<b>(R\$ mil)</b>	<b>1T21</b>	<b>1T20</b>	<b>Δ</b>
<b>Receita Operacional Bruta (ROB)</b>	<b>284.859</b>	<b>294.790</b>	<b>-3,4%</b>
Arrecadação de Pedágio	216.478	235.068	-7,9%
Construção de Ativos	33.293	25.914	28,5%
Geração e Venda de Energia	33.125	30.961	7,0%
Outras Receitas	1.963	2.847	-31,1%
<b>Deduções da Receita Bruta</b>	<b>(21.936)</b>	<b>(23.487)</b>	<b>-6,6%</b>
<b>Receita Operacional Líquida (ROL)</b>	<b>262.923</b>	<b>271.303</b>	<b>-3,1%</b>
<b>Custos Operacionais</b>	<b>(237.738)</b>	<b>(210.107)</b>	<b>13,2%</b>
Operação e Manutenção das Rodovias	(55.343)	(47.198)	17,3%
Custo de Manutenção - IAS 37	8.637	(3.705)	n/c
Custo de Construção	(33.216)	(25.852)	28,5%
Geração de Energia	(1.849)	(2.337)	-20,9%
Custo com Pessoal	(24.868)	(28.087)	-11,5%
Depreciação e Amortização	(108.888)	(80.859)	34,7%
Obrigações da Concessão	(22.211)	(22.069)	0,6%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>25.185</b>	<b>61.196</b>	<b>-58,8%</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(39.037)</b>	<b>(33.407)</b>	<b>16,9%</b>
Despesas Gerais e Administrativas	(24.636)	(15.507)	58,9%
Remuneração dos Administradores	(2.965)	(3.217)	-7,8%
Despesas com Pessoal	(8.416)	(9.287)	-9,4%
Depreciação e Amortização	(2.670)	(4.504)	-40,7%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(350)	(892)	-60,8%
<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro</b>	<b>(13.852)</b>	<b>27.789</b>	<b>n/c</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(46.595)</b>	<b>(34.919)</b>	<b>33,4%</b>
Receitas Financeiras	7.282	15.160	-52,0%
Despesas Financeiras	(53.877)	(50.079)	7,6%
<b>Resultado Antes dos Impostos</b>	<b>(60.447)</b>	<b>(7.130)</b>	<b>n/c</b>
<b>Impostos Sobre Lucro</b>	<b>11.424</b>	<b>(7.813)</b>	<b>-246,2%</b>
Impostos Correntes	(4.967)	(8.491)	-41,5%
Impostos Diferidos	16.391	678	n/c
<b>Lucro (Prejuízo) do Período</b>	<b>(49.023)</b>	<b>(14.943)</b>	<b>228,1%</b>
Lucro (Prejuízo) de Operações em Continuidade	(49.023)	(14.943)	228,1%



**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
CONSOLIDADO**

(R\$ mil)	1T21 100%	Ajustes*	1T21 Proporcional	1T20 100%	Ajustes*	1T20 Proporcional
<b>Receita Operacional Bruta (ROB)</b>	<b>263.746</b>	<b>(21.113)</b>	<b>284.859</b>	<b>275.491</b>	<b>(19.299)</b>	<b>294.790</b>
Arrecadação de Pedágio	228.144	11.666	216.478	246.764	11.696	235.068
Construção de Ativos	33.500	207	33.293	26.277	363	25.914
Geração e Venda de Energia	-	(33.125)	33.125	-	(30.961)	30.961
Outras Receitas	2.102	139	1.963	2.450	(397)	2.847
<b>Deduções da Receita Bruta</b>	<b>(19.898)</b>	<b>2.038</b>	<b>(21.936)</b>	<b>(21.583)</b>	<b>1.904</b>	<b>(23.487)</b>
<b>Receita Operacional Líquida (ROL)</b>	<b>243.848</b>	<b>(19.075)</b>	<b>262.923</b>	<b>253.908</b>	<b>(17.395)</b>	<b>271.303</b>
<b>Custos Operacionais</b>	<b>(239.440)</b>	<b>(1.702)</b>	<b>(237.738)</b>	<b>(208.463)</b>	<b>1.644</b>	<b>(210.107)</b>
Operação e Manutenção das Rodovias	(57.429)	(2.086)	(55.343)	(48.606)	(1.408)	(47.198)
Custo de Manutenção - IAS 37	8.637	-	8.637	(3.705)	-	(3.705)
Custo de Construção	(33.423)	(207)	(33.216)	(26.215)	(363)	(25.852)
Geração de Energia	-	1.849	(1.849)	-	2.337	(2.337)
Custo com Pessoal	(24.686)	182	(24.868)	(27.843)	244	(28.087)
Depreciação e Amortização	(123.061)	(14.173)	(108.888)	(91.760)	(10.901)	(80.859)
Obrigações da Concessão	(9.478)	12.733	(22.211)	(10.334)	11.735	(22.069)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>4.408</b>	<b>(20.777)</b>	<b>25.185</b>	<b>45.445</b>	<b>(15.751)</b>	<b>61.196</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(31.423)</b>	<b>7.614</b>	<b>(39.037)</b>	<b>(25.919)</b>	<b>7.488</b>	<b>(33.407)</b>
Despesas Gerais e Administrativas	(25.390)	(754)	(24.636)	(15.842)	(335)	(15.507)
Remuneração dos Administradores	(2.885)	80	(2.965)	(2.974)	243	(3.217)
Despesas com Pessoal	(8.667)	(251)	(8.416)	(9.160)	127	(9.287)
Depreciação e Amortização	(2.573)	97	(2.670)	(4.589)	(85)	(4.504)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(434)	(84)	(350)	(956)	(64)	(892)
Resultado de Equivalência Patrimonial	8.526	8.526	-	7.602	7.602	-
<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro</b>	<b>(27.015)</b>	<b>(13.163)</b>	<b>(13.852)</b>	<b>19.526</b>	<b>(8.263)</b>	<b>27.789</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(47.529)</b>	<b>(934)</b>	<b>(46.595)</b>	<b>(36.443)</b>	<b>(1.524)</b>	<b>(34.919)</b>
Receitas Financeiras	7.048	(234)	7.282	15.071	(89)	15.160
Despesas Financeiras	(54.577)	(700)	(53.877)	(51.514)	(1.435)	(50.079)
<b>Resultado Antes dos Impostos</b>	<b>(74.544)</b>	<b>(14.097)</b>	<b>(60.447)</b>	<b>(16.917)</b>	<b>(9.787)</b>	<b>(7.130)</b>
<b>Impostos Sobre Lucro</b>	<b>17.033</b>	<b>5.609</b>	<b>11.424</b>	<b>(3.237)</b>	<b>4.576</b>	<b>(7.813)</b>
Impostos Correntes	(585)	4.382	(4.967)	(4.412)	4.079	(8.491)
Impostos Diferidos	17.618	1.227	16.391	1.175	497	678
<b>Participação acionistas não controladores</b>	<b>8.488</b>	<b>8.488</b>	<b>-</b>	<b>5.211</b>	<b>5.211</b>	<b>-</b>
<b>Lucro (Prejuízo) do Período</b>	<b>(49.023)</b>	<b>-</b>	<b>(49.023)</b>	<b>(14.943)</b>	<b>-</b>	<b>(14.943)</b>
Lucro (Prejuízo) de Operações em Continuidade	(49.023)	-	(49.023)	(14.943)	-	(14.943)

\*Eliminação de participação minoritária (principalmente da controlada Concer), apresentados nas DFs em IFRS como "Participação de acionistas não controladores" e inclusão dos resultados proporcionais à participação da TPI em Tijoá e CSE, nas DFs em IFRS como "Operações Descontinuadas".

**Considerações sobre Estimativas**

Este documento pode incluir estimativas e declarações futuras e tem por embasamento, em grande parte, nossas expectativas atuais e projeções sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou podem afetar os nossos negócios. Embora acreditemos que essas estimativas e declarações futuras encontram-se baseadas em premissas razoáveis, muitos fatores importantes podem afetar de maneira significativa nossos resultados operacionais. Quaisquer considerações futuras, conforme significado previsto no "U.S. Private Securities Litigation Reform Act" de 1995 contemplam diversos riscos e incertezas, e não há garantias de que tais resultados venham a ocorrer.